

ACTA RELATIVA À
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA A
22 DE MAIO DE 2009

ACTA RELATIVA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL REALIZADA A 22 DE MAIO DE 2009

No dia vinte e dois de Maio de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, no edifício dos Paços do Município de Viana do Alentejo, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão extraordinária, tendo como ordem de trabalhos:

- 1) Primeira proposta de revisão ao Orçamento da Receita;
- 2) Primeira proposta de revisão ao Orçamento da Despesa;
- 3) Primeira proposta de revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

O senhor Presidente declarou aberta a sessão e procedeu à chamada, tendo-se verificado as presenças dos seguintes membros:

- João Henrique Carracha Garcia, que presidiu;
- Luis Miguel Fialho Duarte, na qualidade de primeiro secretário;
- Francisco António Maia Cardoso, na qualidade de segundo secretário;
- Maria Laurência Grou Parreirinha Gemito;
- Margarida Mariana Pinto Alfacinha;
- Joaquim António Pinto Alfacinha;
- Isidro José Marcos;
- José Luis Potes Pacheco;
- Luis Miguel Leal Boteta;
- Mário Gonçalo Louro Grave;
- Odete Maria Tirapicos Arranhado Fialho;
- Anunciação Gertrudes Raposo Baioneta;
- Joaquim António Vilalva Teixeiro;
- Zélia Maria Mira Valério;
- José Jacinto Bento Grave, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos membros:

- Rui Manuel Pires Penetra;
- António José Prates Valverde, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente tendo estado também presentes os senhores Vereadores António Costa da Silva e Vera Cardoso.

Entrou-se de imediato na ordem de trabalhos:

PRIMEIRO PONTO) PRIMEIRA PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA – O senhor Presidente da Câmara explicou que a primeira revisão ao orçamento da receita representa unicamente a entrada no orçamento em execução, do saldo que transitou da gerência anterior, no montante de 2.465.265,30 € Votada esta proposta foi a mesma aprovada com as abstenções dos membros Laurência Gemito, José Luis Pacheco e Luis Miguel Boteta.

SEGUNDO PONTO) PRIMEIRA PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA – O senhor Presidente da Câmara referiu que a primeira revisão ao orçamento da receita consiste na repartição pelas diversas rubricas do orçamento da despesa, do montante do saldo de operações orçamentais que transitou da gerência anterior, de acordo com as necessidades de reforços sentidas. Votada esta proposta foi a mesma aprovada com as abstenções dos membros Laurência Gemito, José Luis Pacheco, Luis Miguel Boteta e Margarida Alfacinha.

TERCEIRO PONTO) PRIMEIRA PROPOSTA DE REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – O senhor Presidente da Câmara explicou que esta revisão inclui reforços das dotações de acções já existentes e também três novas acções, nomeadamente aquisição de viaturas, aquisição de um tractor e aquisição de um terreno para espaço de lazer junto à Escola Primária de Aguiar. A este propósito o membro José Luis Pacheco perguntou qual o uso específico a dar a este terreno bem como a sua área. O senhor Presidente da Câmara respondeu que o uso é precisamente “espaço verde de lazer” não estando em condições de precisar a área em concreto. Também o membro José Luis Pacheco perguntou sobre a localização Pavilhão Desportivo naquela freguesia tendo o senhor Presidente da Câmara referido que a localização é aquela que está prevista, ou seja, no actual jardim. Disse que não considera que o assunto da localização do pavilhão esteja a ser polémico como algumas pessoas querem fazer crer. O membro José Luis Pacheco disse não estar contra a construção do pavilhão mas é de opinião que deveria ser dada às pessoas da freguesia a oportunidade de se pronunciarem, participando na discussão da localização. Disse ainda este membro que a Câmara deveria conservar o actual ringue e arranjar uma localização alternativa para construir o pavilhão.

O senhor Presidente da Câmara disse que construindo o pavilhão no sítio previsto, aproveita-se uma grande parte do trabalho do ringue, nomeadamente as fundações e o piso. Assim, o custo da construção será menor do que construindo num outro local. As bancadas existentes, com as condições melhoradas, também servem e o balneário ficará como arrecadação. O projecto do novo pavilhão incorpora tudo o que puder ser aproveitado e isso – disse o senhor Presidente da Câmara – é uma mais valia. Por outro lado – acrescentou – é muito mais fácil construir um ringue em qualquer lado do que arranjar um espaço para construir o pavilhão. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que existe agora a oportunidade de investir um milhão e meio de euros neste projecto pelo que será de avançar com ele. Se não for agora, pode-se perder a vontade política, podem deixar de existir os meios financeiros pelo que não seria uma boa medida adiar a realização desta obra procurando outra localização e fazendo depender isso da revisão do P.D.M..

O membro José Luis Pacheco disse que não sabe se ficará mais barato construir em cima do que já existe pois a prática diz-nos que as obras de remodelação ficam normalmente mais caras. Por outro lado, disse este membro, que o ringue tem um valor simbólico para uma faixa da população pois em certos casos já os pais lá brincaram. Sem pôr em causa a legitimidade da Câmara para definir a localização do investimento, ainda assim considera que se devia dialogar com a comunidade, esclarecendo-a e não ouvir só os chamados líderes de opinião.

O membro José Luis Pacheco, voltou a referir que os atrasos da revisão do P.D.M. estão a provocar o estrangulamento das três freguesias deste concelho, isto comparativamente com outros municípios em que as revisões avançaram, nomeadamente os casos de Mora e Borba.

O senhor Presidente referiu que num processo de revisão do P.D.M. estão todos os organismos desconcentrados do Poder Central de um lado e a Câmara com a equipa escolhida, do outro. Há propostas que o Município gostaria de fazer passar e que não será possível. O P.D.M. existente resultou, ele próprio, de um processo negocial. À partida o Município defendia perímetros urbanos maiores nas três freguesias. Para o caso concreto de Aguiar, foi dito na altura que para uma freguesia com 580 habitantes, não seria necessário um maior perímetro urbano. Assim, quando o senhor Potes Pacheco fala em estrangulamento, é bom que se tenha a noção que “nos estrangularam”. Na freguesia de Aguiar conseguimos, por excepção, uma zona de fazendas, para além da reduzida zona de expansão urbana. Nessa zona de fazendas é possível construir um fogo por cadastro. Não sendo a situação ideal, ainda assim em Aguiar conseguiu-se um “produto final” mais favorável do que em Alcáçovas e Viana. Quanto a terrenos para indústria, se em Alcáçovas foi muito difícil a obtenção do espaço para instalações industriais em Aguiar essas dificuldades seriam muitíssimo acrescidas. Disse o senhor Presidente que na altura, com o Ministro Valente de Oliveira, vigorava um Despacho que impedia os Municípios que não tivessem P.D.M. aprovado, de recorrerem a financiamentos. Assim, os esforços então feitos foram no sentido de ter um P.D.M., embora sabendo que não era o documento que desejávamos.

O membro José Luis Pacheco disse que a Câmara, ao verificar determinados estrangulamentos derivados do P.D.M. deveria ter iniciado o processo de revisão já há mais tempo. Disse que nos municípios que referiu – Borba e Mora – a primeira versão do P.D.M. é do tempo da de Viana e o que é certo é que esses municípios têm as revisões já efectuadas.

O membro Zélia Valério perguntou se as questões da legalização do terreno onde vai ser construído o pavilhão já estão resolvidas e se se prevê a execução da obra a curto prazo.

O senhor Presidente da Câmara, ainda a propósito da revisão do P.D.M. disse que segundo as indicações que iam sendo transmitidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, não era possível rever o documento sem que se mostrassem decorridos dez anos de vigência. Relativamente aos municípios referidos pelo membro Potes Pacheco, disse o senhor Presidente que desconhece a situação de Borba mas sabe que Mora fez aprovar o seu P.D.M. muito antes da maioria dos Municípios, estando cerca de 20 anos “à frente”.

Quanto à obra do Pavilhão de Aguiar, disse o senhor Presidente que espera que um ano e meio seja suficiente para concluir a obra. Disse ainda que as questões de legalização do terreno (deste e do das Pré-Fabricadas) estão praticamente resolvidas. A escritura de justificação já foi celebrada, foi feita a publicação e aguarda-se agora o decurso do prazo para se poderem efectuar os registos a favor do Município.

Votada a proposta de revisão ao Plano Plurianual de Investimentos foi a mesma aprovada com as abstenções dos membros José Luis Pacheco, Laurência Gemito, Luis Miguel Boteta, Anunciação Baioneta, Joaquim Alfacinha e Margarida Alfacinha.

Pelas vinte e duas horas e quinze minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta da respectiva acta.

Aprovada a 25 de Junho de 2009.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
